

UNICEF e Instituto Promundo

CADERNO 3

PIA PRIMEIRA
INFÂNCIA
ANTIRRACISTA

Primeiras infâncias Indígenas



PIA

Primeira
Infância
Antirracista

Caderno 3: Primeiras Infâncias Indígenas

Realização



Parceria Institucional



Parceria Estratégica



Apoio



Ficha técnica

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Representante do UNICEF no Brasil

Youssef Abdel-Jelil

Representante Adjunta para programas

Paola Babos

Oficial de Primeira Infância

Maíra Souza

Consultora de Educação Infantil

Carol Velho

Instituto Promundo

Diretor Executivo

Miguel Fontes

Diretor Adjunto

Luciano Ramos

Consultora Internacional de Programas

Luiza Tanuri

Consultor de Pesquisa e Monitoramento

Rodrigo Laro

Comunicação

Bruna Martins

Oficina de co-criação

Este material foi elaborado a partir de escutas com especialistas sobre primeira infância em oficina de cocriação realizada em outubro de 2022. Participaram da oficina sobre crianças indígenas:

Atener Ambrósio, Brulina Baniwa, Bruna de Oliveira, Carol Velho, Cláudia Baré, Danna Jacqueline, Hannah Vasconcellos, Iranir Andrade, Luara Saporá, Luciano Ramos, Paulo Roberto, Rita da Silva

Editorial

Coordenação editorial

Luciano Ramos e Maira Souza

Produção de conteúdo

Alder de Sousa Dias, Bruna Martins, Luciano Ramos, Priscila Pereira e Vitor Nery

Revisão de conteúdo

Carol Velho, Leia Rodrigues, Luciano Ramos e Maira Souza

Revisão de texto e copidesque

Sabrina Tavares

Planejamento editorial

Breno Loeser e Gabriel Paiva

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Gabriel Paiva

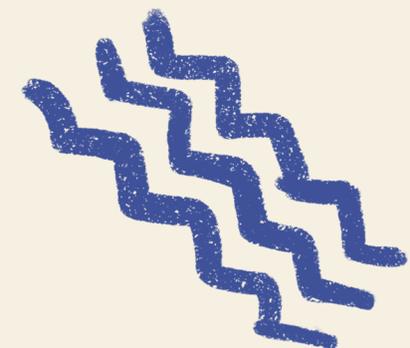
Ilustrações e capa

Breno Loeser



Índice

Para abrir o bate-papo	05
O que entendemos como Primeira Infância?	05
O que é o Projeto PIA - Primeira Infância Antirracista?	07
Como esse material foi elaborado?	07
De onde partimos para esta conversa?	08
Identities	08
Branquitude	10
Povos indígenas	12
As infâncias indígenas	15
Populações indígenas não aldeadas	16
Racismo estrutural, sistêmico e institucional	17
Vieses inconscientes do racismo	20
Cinco passos para implementar práticas antirracistas na atuação com crianças indígenas na Primeira Infância	22
Profissionais da Saúde	22
Profissionais da Educação	24
Profissionais da Assistência Social	26
A importância de práticas antirracistas no atendimento à primeira infância indígena	27



Para abrir o bate-papo...

O que entendemos como Primeira Infância?

A primeira infância, período que vai da concepção até os 6 anos de idade, é considerada uma janela de oportunidades, crucial para a saúde, aprendizado, desenvolvimento e bem-estar social e emocional das crianças. Diversos estudos científicos têm demonstrado que as primeiras experiências vividas na infância, bem como intervenções e serviços de qualidade ofertados neste período, estabelecem a base do desenvolvimento. Ou seja, o que acontece nos primeiros anos de vida é fundamental para o desenvolvimento integral de meninas e meninos, de modo que é preciso que haja investimentos nesta fase para que estes impactos sejam positivos para toda a sociedade. O pleno desenvolvimento da criança só pode ser alcançado com a oferta do cuidado integral, ou seja, com intervenções integradas que ofereçam cuidado responsivo, segurança, proteção contra violências e oportunidades de aprendizado. Para isso, os pais ou cuidadores devem exercer a parentalidade positiva, e os profissionais das redes de saúde, educação e assistência social também devem garantir um atendimento qualificado que leve em consideração as especificidades étnico-raciais das crianças e suas famílias, apoiando-as nesta estruturação das bases do desenvolvimento pleno.

É ainda na primeira infância que as crianças negras e indígenas, dependendo do contexto em que vivem (em terras indígenas ou contexto urbano), vivenciam pela primeira vez alguma experiência de racismo —uma forma cruel de violência que tem impactos significativos a curto, médio e longo prazo. De acordo com o *Center on the Developing Child*¹, o racismo é considerado uma “experiência adversa na infância”, ou seja, trata-se de uma violação de direitos promotora de estresse tóxico, medos e traumas. Isto porque uma vez que o racismo estigmatiza e hierarquiza as diferenças entre as crianças, impacta diferentes dimensões do desenvolvimento infantil, como a construção da autoestima, a capacidade de sociabilização, a percepção de si e a saúde física e mental. Diversos pesquisadores² já comprovaram que, ainda que invisibilizada e silenciosa, a discriminação racial está presente no cotidiano das crianças brasileiras, seja por meio das diferenças de tratamento, práticas, vieses e comportamentos discriminatórios nos serviços oferecidos por profissionais durante o atendimento às crianças e suas famílias, além das possíveis interações com outras crianças e adultos que podem deixar marcas para toda vida.



1) “How Racism Can Affect Child Development”, CDC (2019)

2) Síntese de estudos qualitativos disponíveis em: “Racismo, educação infantil e desenvolvimento na primeira infância” [livro eletrônico], Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância (2021).



IMPACTOS DO RACISMO

Como o racismo impacta no desenvolvimento infantil?



3) Disponível em https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2021/10/WP-7_Racismo-Educ-Infantil-e-Desenvolvimento-da-Primeira-Infancia.pdf

Fonte: Inspirado no quadro “Como o racismo impacta no desenvolvimento infantil?”, presente no Caderno “Racismo, Educação Infantil e Desenvolvimento na Primeira Infância”, do Núcleo Ciência pela Infância (NCPI)

O que é o Projeto PIA - Primeira Infância Antirracista?

Para garantir o pleno desenvolvimento de crianças em suas potencialidades, o racismo estrutural e institucional precisa ser enfrentado por toda a sociedade em um pacto coletivo: saúde, educação, assistência social, famílias e a sociedade como um todo, reconhecendo o problema e implementando práticas **antirracistas**.

Antirracismo é o conjunto de ações que tem como objetivo enfrentar o racismo vigente presente em todas as estruturas de nossa sociedade. Essa luta não diz respeito, exclusivamente, ao povo negro, mas interessa, cada vez mais, à sociedade como um todo.

Neste sentido, o Projeto PIA — Primeira Infância Antirracista, iniciativa do UNICEF Brasil em parceria com o Instituto Promundo, tem o objetivo de apoiar a construção de materiais informativos que atuem no sentido de propor a implementação destas práticas nos diferentes serviços de atendimento às gestantes, crianças negras e indígenas entre 0 e 6 anos, além de suas famílias.

O objetivo é chamar a atenção de profissionais brasileiros da educação, assistência social e saúde sobre os impactos do racismo no desenvolvimento infantil, além de garantir, de fato, um atendimento qualificado e huma-

nizado, que leve em consideração as especificidades étnico-raciais das crianças e suas famílias, apoiando pais ou cuidadores a exercer uma parentalidade positiva e estruturante das bases do desenvolvimento infantil.

Como esse material foi elaborado?

Para pensar a criação destes materiais, foram convidados especialistas das áreas setoriais e representantes de organizações que atuam na pauta da primeira infância e na garantia dos direitos das populações negras e indígenas.

Em oficinas de **cocriação** realizadas em outubro de 2022, estes especialistas foram divididos em blocos temáticos para sugerir conteúdos, com espaço dedicado à escuta das múltiplas visões. Desta maneira, os encontros trouxeram reflexões importantes sobre abordagens e prioridades dentro dos temas propostos.

Cocriação é um processo de criação que envolve pessoas de fora da instituição ou empresa na idealização e desenvolvimento de um projeto, com o objetivo de trazer olhares diferenciados para o conteúdo.





De onde partimos para esta conversa?

Para pensar práticas antirracistas é preciso entender, primeiramente, que este é um fenômeno estrutural presente em nossa sociedade, e silenciá-lo nos torna parte do problema. A mudança começa no reconhecimento de sua existência, na tomada de posicionamentos e na adoção de práticas cotidianas.⁴ O antirracismo é uma luta de todos nós, independentemente da cor da pele ou etnia.

Neste sentido, começamos esta caminhada refletindo sobre alguns conceitos básicos que nos ajudarão a aprofundar as contribuições desse caderno.

Identities

Quando você ouve ou lê a palavra identidade o que te vem à cabeça? Quais são as referências que você tem?

Podemos definir a identidade como um arcabouço que agrega raça, gênero, classe, territorialidade e etnia, contribuindo para a forma que o indivíduo se apresenta socialmente. Ou seja, através dos traços citados acima nos tornamos sujeitos históricos e organizamos a forma com que nos relacionamos socialmente. Quando tratamos de raça, falamos sobre construções baseadas em parâmetros ideológicos, históricos e de hierarquização social. Por este

motivo, estes marcadores identitários atravessam os corpos e as vivências dos sujeitos ao longo da vida e serão percebidos de distintas formas, mas, sobretudo, são importantes para pensarmos abordagens antirracistas e atendimentos mais humanizados.

Historicamente, quando olhamos os registros da humanidade, a categoria de raça foi posta desde sempre como tentativa de definir a origem das civilizações humanas, buscando afirmações científicas as atribuições de valor que trazem marcas de superioridade e de inferioridade, onde à pessoa negra ou indígena, até aqui, couberam as marcas de inferioridade. Neste sentido, os espaços formais de educação foram utilizados como bases importantes para a manutenção destas crenças, fundamentadas na **hierarquização**, que define, por exemplo, os padrões de comportamento a partir da racialização: historicamente, torna tudo o que pertence ao povo indígena como algo atrasado ou inferior, além de desconsiderar a rica diversidade cultural e linguística entre os povos indígenas. A forma com que a história da chegada dos europeus ao Brasil foi e ainda é contada nas escolas — com insinuações a uma certa aceitação ou pouca resistência à invasão e exploração de terras indígenas — é um exemplo destas marcas de inferioridade.

4) “Racismo estrutural”, de Silvio de Almeida. Disponível em https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf

Hierarquização é a organização através de categorias, atribuindo diferente relevância e valor às pessoas ou objetos envolvidos. Ela envolve sempre uma categorização que vai de baixo para cima, em que as posições que se encontram mais abaixo da escala são consideradas menos importantes ou valorizadas.

O antropólogo congolês Kabengele Munanga aponta que “é através da educação que a herança de um povo é legada às gerações futuras e inscritas na história”.⁵ Se a identidade se constitui por aspectos sociais organizados na história e alimentados na memória, a construção de memória positiva soa como elemento urgente para que se estabeleçam novas relações identitárias, que correspondam aos valores culturais, sociais e intelectuais que foram negados e desconstruídos ao longo da história e, assim, contar com outras narrativas que protagonizam a história dos que, até então, foram inferiorizados.

O ideal de identidade, ao longo de séculos, é branco e europeu, submetendo, a partir do processo colonizador, tudo o que não se assemelhe a ele. Quando fazemos o recorte geográfico para o território brasileiro, a “Carta do descobrimento” de Pero Vaz de Caminha, primeiro registro da chegada ao Brasil, já aponta os que aqui viviam de forma “exótica”:

“A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto.”⁶

Apesar de se tratar de uma terra já existente e habitada, e que já era povoada por diferentes etnias indígenas com seus costumes, crenças, culturas e práticas, as referências europeias eram para Caminha a medida de todas as coisas.

Na publicação “Educação infantil, igualdade racial e diversidade”⁷, Cida Bento aponta que as crianças, desde muito pequenas, estão atentas ao que é socialmente valorizado ou desvalorizado, reconhecendo as características físicas visíveis que são bem aceitas ou não. De forma que as crianças brancas, desde muito cedo, estão confortáveis em suas peles, ou seja, elas não apresentam o desejo de ter outro cabelo, outro nariz, outra cor, e declaram-se com muita frequência como bonitas, enquanto as crianças negras e indígenas são colocadas no lugar de crianças feias.

Já as crianças indígenas estão constantemente desconfortáveis em suas condições raciais, porém raramente combatem ou reagem a desqualificação constante de seus costumes, línguas, crenças ou tradições. Essas relações acontecem e se repro-



5) “Negritude: Usos e sentidos”, de Kabengele Munanga. Disponível em <https://doceru.com/doc/n1c580n>

6) “Carta do descobrimento”, de Pero Vaz de Caminha. Disponível em http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf

7) “Educação infantil, igualdade racial e diversidade”, de Maria Aparecida Silva Bento. Disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_pedagogicos/edinf_igualdade.pdf



duzem muitas vezes nas brincadeiras, na leitura de histórias infantis pautadas na herança literária e reforço dos padrões europeus de beleza e comportamento, bem como na reprodução dessas dinâmicas nos brinquedos, nos personagens infantis, e nas brincadeiras de “faz de conta”.

Essas interpretações também vão se aplicando em outros campos, como, por exemplo, no afeto recebido, no acolhimento ou nas formas que as demandas trazidas pelas crianças são tratadas pelos adultos que lidam com elas cotidianamente. Este fator influencia na construção da identidade das crianças negras e indígenas criando a ideia de hierarquia, onde estas ocupam e sempre ocuparão a base da pirâmide.

Branquitude

A população negra, indígena e outros grupos étnicos não brancos sempre foram “objetos de estudos” dos brancos. Estudar o outro ocupa certa “zona de conforto”, um lugar de superioridade, quando não feito a partir do exercício de alteridade, ética e cuidado. Você já ouviu falar sobre o termo branquitude? Sabe o que ele significa?

Historicamente, ser branco é ser universal: o mundo foi moldado a partir dos brancos para os brancos, sem carecer de explicação para o que é ser branco,

já que tudo partia deste lugar. A história da arte, por exemplo, condicionou os nossos olhares a visualizarem imagens brancas, o nosso cotidiano é cercado por modelos brancos. Dessa forma, normaliza-se a hierarquia, naturaliza-se o fato de brancos ocuparem lugares superiores, financeiramente, em relação aos negros e indígenas. Essa desigualdade, por exemplo, é dada como se fosse algo natural, quando, na verdade, foi construída por meio de violências e opressões, com base no racismo. Essa é a construção da superioridade branca, a partir da escravização de pessoas negras e o apagamento histórico das populações indígenas.

Quando a gente discute sobre racismo e os brancos dizem, por exemplo, que não têm “lugar de fala”, essa é uma forma confortável de manter a prática racista. Dessa maneira, os brancos têm um lugar extremamente importante. Eles podem, por exemplo, discutir com outros brancos sobre branquitude e seu legado de segregação racial.

O grande abismo temporal, desde os tempos da colonização até o reconhecimento constitucional de direitos específicos aos Povos Indígenas⁸, vulnerabiliza e marginaliza os povos indígenas em detrimento dos privilégios fortalecidos da população branca até os dias atuais. Ao longo deste caminho, os saberes, as produções e os conhecimentos das pessoas indí-

8) A Constituição Brasileira reconhece aos povos indígenas, em seus artigos 231 e 232, o direito a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, além da defesa legal destes direitos e interesses. Disponível em <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/16ad-ba33b2e5149e032568f60071600f/93b6718ed-334dc14032565620070ecfc?OpenDocument>

genas foram, em muitas situações, paternalizados pelas pessoas brancas. Um exemplo é o vasto conhecimento de propriedades curativas, nutricionais e até estéticas de recursos naturais da floresta, que foram incorporados pelas indústrias alimentícia, medicinal e farmacêutica ao longo dos séculos, sem o devido reconhecimento da autoria indígena.

Quantas vezes você ouviu uma pessoa branca dizer que não tem “culpa” de ter nascido branca e, por isso, não reconhece os privilégios a que ela tem acesso cotidianamente?

Entretanto, a realidade nos mostra que estes **privilégios** estão presentes em diferentes espaços: na presença majoritária de pessoas brancas nas universidades públicas (mesmo com o advento das cotas raciais), na maior concentração de população de alta renda, nos maiores índices de representantes nas instâncias de poder no Brasil, etc.

Privilégio é a vantagem ou direito atribuído a uma pessoa ou a um grupo de pessoas em detrimento dos demais.

Estas condições mostram como se dá a manutenção de privilégios pela população branca, por mais que muitos tentem justificar tais conquistas como meritocracia. Entretanto, em uma sociedade tão desigual

como a brasileira, é impossível afirmar que todos os indivíduos têm condições de prosperar somente por seus méritos ou capacidades. As condições sociais, econômicas e psicológicas são fundantes, e reconhecer-se como uma pessoa privilegiada é um passo importante para tornar-se aliada na luta antirracista.



Fonte: <https://twitter.com/gzhdigital/status/1284072855026585601>

Falar sobre racismo é coisa de branco! Essa frase pode parecer dura, mas se foram os antepassados brancos que invadiram terras indígenas e criaram o racismo — que se mantém ao longo da história e se modernizando de diversas formas — é papel dos brancos atuar junto a outros brancos para entender como esse fenômeno se dá na prática e implementar práticas de enfrentamento a esta realidade.





Povos indígenas

No Brasil, segundo o Censo de 2010, a população indígena soma um total de 896.917 pessoas de 305 etnias diferentes e 274 línguas faladas. Refletir sobre esses povos é sempre um desafio, se considerarmos que há todo um pano de fundo composto por estereótipos e preconceitos, que derivam de agressões físicas e simbólicas existentes desde o período da colonização.

Estas percepções errôneas em relação aos povos indígenas são perpetuadas pelo imaginário popular, pela falta de conhecimento e se refletem em diferentes campos de relacionamento da sociedade brasileira com estes indivíduos. Ainda hoje, por exemplo, grande parte da população ainda se refere aos povos indígenas, genericamente, como índios, apesar destes mais de 300 povos originários representarem especificidades, diversidades, formas próprias de organização social, cosmovisão, línguas, costumes e tradições diferentes.

Distribuição da população indígena no Brasil*

Municípios com a maior quantidade de indígenas

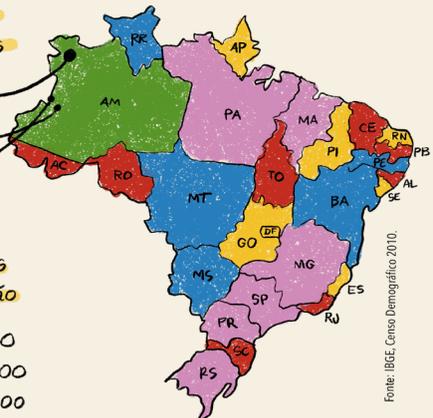
São Gabriel da Cachoeira
29.017

São Paulo de Olivença
14.947

Tabatinga
14.855

Quantidade de indígenas por Unidade da Federação

- mais de 2.000 a 10.000
- mais de 10.000 a 20.000
- mais de 20.000 a 40.000
- mais de 40.000 a 80.000
- mais de 80.000**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

* pessoas que declararam ser de cor ou raça indígena.
** havia no estado do Amazonas 168.680 indígenas.

Fonte: Inspirado de quadro retirado do site <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20506-indigenas.html>

Desde a literatura, passando por representações em pinturas e outras artes, até personagens televisivos, o indígena brasileiro é entendido como uma espécie de representação de um passado que não se pode alcançar mais, como se estes diferentes grupos e culturas se resumissem a uma só figura parada no tempo. Por este motivo, os diversos indígenas brasileiros não têm suas culturas reconhecidas como passíveis de transformações com o tempo.

De fato, ao longo das gerações, percebemos que muitas tradições indígenas se mantêm, mas é preciso lembrar que estas se atualizam com o passar do tempo e a partir de processos que acontecem dentro das próprias culturas das comunidades indígenas. Afinal, culturas não são estáticas, estão em constante mudança de acordo com os acontecimentos vividos por seus integrantes.

Vários povos indígenas foram separados e reunidos de acordo com as necessidades da lógica colonial e, posteriormente, pelas falhas tentativas do Estado em lidar com esses povos. Porém, afirmar-se indígena atualmente é apropriar-se de um espaço que foi considerado pejorativo, transformando-o em um processo identitário de, porque não dizer, resistência, que parte do local de fala autônomo do próprio sujeito que se identifica como indígena.

O Estado brasileiro, pautado em uma lógica colonial e racista, foi, por muitos anos, assimilacionista. Ou seja, pregava que a condição de indígena era transitória, apenas uma “fase” na corrida à “civilização”, espelhada em modelos europeus. No que diz respeito a infância desses povos, o “buraco é mais embaixo”, como se costuma dizer, já que as crianças e os jovens indígenas foram e são utilizados como uma forma de rompimento com a cultura indígena, na medida em que não têm as suas dinâmicas culturais respeitadas

e são, de certa forma, incentivados a não seguirem padrões culturais próprios de seus povos.

O cunho assimilacionista e o entendimento parco da lógica e do contexto indígena, que guiaram por muito tempo os agentes e as instituições públicas, resultaram em uma política brasileira falha e etnocentrista, beneficiária e promotora de interesses contrários às demandas desses povos, apagando toda a memória histórica, afetiva e coletiva.

Os ditos “índios assimilados” eram os únicos que possuíam direitos de existência e contavam com certa autonomia ao aderir à ideia tão difundida de que no Brasil ninguém é puramente branco, negro ou indígena, ou seja, somos todos mestiços. Esse entendimento da mestiçagem, como sendo um apagamento identitário, resultou em uma negação da existência dos indígenas. Principalmente se nos referimos aos indígenas não aldeados, ou seja, aqueles e aquelas que não estão em contexto de terras indígenas e aldeias, sobretudo, no contexto urbano. Estes, mesmo que tenham origem em comunidades indígenas, não são considerados indígenas “de verdade” e são postos à margem de um reconhecimento identitário.

No Brasil, o primeiro e mais renegado filho da colonização foi o indígena por esta proibição de uma identidade autônoma. Tal fato reverbera até hoje na





conturbada relação entre o Estado, a Sociedade Civil e os Indígenas. O discurso e o projeto colonial brincaram com a figura do indígena, ora transformando-o em barbárie desumana, ora em criança pueril, sempre ignorante de sua condição e com necessidade de intervenção de terceiros, o que moldou todo o entendimento posterior que, inclusive, ecoa nas políticas governamentais que visam lidar com esses povos tradicionais.

Somente após a instituição da lei 6.001 (ou como é conhecida, o “Estatuto do Índio”), da Constituição de 1988 e, mais tarde, com a aprovação do texto da Convenção OIT 169, no ano de 2004, através do decreto 5.051 é que as relações passaram a levar em consideração o entendimento particular que as comunidades indígenas possuíam de si mesmas. Mesmo que, ainda assim, houvessem falhas em tais legislações, essas mudanças devem ser levadas em conta.

Esta dificuldade em reconhecer os povos indígenas como sujeitos de direitos garantidos em instrumentos legais nacionais não é só brasileira. Somente em 2007, a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas¹¹ foi aprovada na ONU. O texto reflete o conjunto das reivindicações atuais em todo o mundo, para uma melhoria das relações destas populações com os Estados nacionais e também serve para estabelecer

parâmetros mínimos para outros instrumentos internacionais e leis nacionais.

Com isso, ser e afirmar-se indígena no Brasil de retrocessos dos direitos dos povos originários é posicionar-se em uma luta que engloba povos do continente americano em sua grandeza e totalidade, que sofreram várias tentativas de extermínio, apagamento e expropriação em suas formações enquanto nações compulsórias. É uma tentativa de união fraternal e identitária, através de uma compreensão mútua de povos submetidos à marginalidade e violência análogas. Ser indígena é afirmar-se coletivo, em uníssono com a terra e os seres que nela habitam, de maneira a resgatar o sentir-se parte de algo. E é necessário que as múltiplas vozes indígenas se façam ouvir, rompendo com o silêncio imposto a elas durante tanto tempo.

O movimento social indígena tem mostrado toda sua força no existir e no reexistir cotidianamente: em meio a inúmeras provocações e agressividades vindas de várias frentes tem se reafirmado presente, corajoso e renegando os estereótipos na formação de uma identidade autônoma, levando em conta suas particularidades e peculiaridades.

As infâncias indígenas

A construção de uma identidade que se dá dentro de uma empreitada colonial é algo interessante de se analisar. Principalmente quando consideramos a questão de infâncias de grupos submetidos de forma mais intensa aos resquícios da colonização, como é o caso das infâncias indígenas brasileiras. A identidade *autoedificada*, oriunda de um processo de autorreflexão de sua condição enquanto indivíduo pertencente a um grupo como este é negada veementemente. A esta criança indígena, a autonomia de uma construção identitária coletiva, própria de seus grupos étnicos, é negada, justamente, pela reprodução de violências que são resultados dos anos de colonização. Da mesma forma, a construção de políticas públicas que considerem o contexto social e cultural em que elas estão inseridas é ainda mais tímida.

As infâncias indígenas, no plural, porque são várias as suas existências, podem aparecer como parte de um processo de transmissão do conhecimento indígena, que é milenar e por muito tempo não foi respeitado e, sequer, valorizado. É principalmente nas crianças que podemos materializar a potencialidade das tradições indígenas, transmitidas principalmente através da oralidade. Em experiência com os indígenas Wajãpi, vemos que as crianças integram

o todo da comunidade, participando desde cedo de atividades específicas de suas comunidades, e que integram sujeito e meio ambiente de maneira muito sábia. E tal integração das crianças no universo Wajãpi se dá desde a gravidez. O depoimento abaixo é de um pai da comunidade Wajãpi:

“É...a gente faz...a gente...faz um...a...um treina eles...tem que contar uma história pra ele saber...

e também...ensina também...ensina também ‘as nome’ das árvores, e caça, e nome dos rios também, e o nome do...dono da terra, dono do rio, dono da floresta, pra ele se...é... entender

como é que é...essa...é o nome dos...as coisas, né.”

(Viseni Wajãpi)

Ainda são pouco estudadas no Brasil as infâncias indígenas, sobretudo se considerarmos que essas crianças estão inseridas, muitas vezes, em contextos de vulnerabilidade social, dadas as violências estruturais que regeram durante muitos séculos a relação dos indígenas com o Estado Brasileiro.





Assis da Costa Oliveira¹² destaca que o Estado falha em não saber como se portar diante das infâncias indígenas, primeiro por um desconhecimento dos povos originários, segundo por um despreparo estrutural. Neste sentido, ao falar de infâncias indígenas, precisamos falar primeiro em uma perspectiva intercultural e de ruptura de estigmas, que leve em consideração anos de violência institucional, simbólica e física contra os povos indígenas no contexto brasileiro.

É necessário pensar em formas de olhar para estes grupos e suas crianças de forma acolhedora, em todas as formas de acolhimento: burocrático, humano e institucional, garantindo o bem-estar de todos. Isso inclui crianças não aldeadas, que não estão em território indígena formalmente demarcado e que, por isso, possuem demandas específicas.

12) “Crianças e adolescentes de povos e comunidades tradicionais: direitos e atendimento em perspectiva intercultural”, de Assis da Costa Oliveira, Editora Dialética, 2022.



+ Para Continuar Aprendendo

- Painel “Informações gerais sobre Terras Indígenas no Brasil”, disponível em [Terras Indígenas](#).
- Cartilha “O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje”, disponível em [Educadores dia a dia](#).
- Livro “Mineração em Terras Indígenas: os diamantes Cinta Larga”, de Melissa Volpato Curi. Editora Universidade de Brasília, 2015.
- Distribuição da população autodeclarada indígena no território brasileiro segundo resultados censitários, disponível em [Indígenas](#).
- Mapeamento virtual global de territórios dos povos originários, disponível em [Native Land](#).

Populações indígenas não aldeadas

As populações indígenas não aldeadas no Brasil correspondem a 36,2% dos indígenas em território nacional. Este número indica a quantidade de indígenas que vivem em contexto urbano no Brasil, de acordo com o Censo de 2010. E quem são os indígenas não aldeados? São pessoas indígenas que não vivem em comunidades demarcadas, a partir das tradições, culturas e vivências coletivas, mas habitam espaços externos às aldeias.

Essas pessoas mantêm suas características fenotípicas e, frente aos serviços públicos, têm o direito de se autoidentificar como indígena. Neste caso, a genética e as características fenotípicas se sobrepõem à cultura da vivência coletiva. Muitas situações levam ao não aldeamento, e este texto não tem a intenção de iniciar este debate, mas de apontar para a existência de tais populações.

Este é um dado pouco pesquisado e analisado em território brasileiro, o que dificulta qualquer abordagem com relação ao tema. São populações em extrema vulnerabilidade social e são entendidos como “índios não verdadeiros”, já que o imaginário coletivo liga o indígena a um cenário isolado, geralmente em meio a florestas.

Essa visão não considera que terras indígenas podem estar perto de cidades e que as culturas são dinâmicas, de maneira que estão em constante mudança. Nenhum indígena deixa de ser indígena ao não residir próximo de florestas ou de naturezas intocadas. Há casos de migrações de comunidades inteiras para arredores de cidades, há casos de conflitos de terra que vulnerabilizam os povos indígenas que são obrigados a migrarem. Além disso, devemos considerar o fato de que a história do Brasil é pautada por violências físicas e simbólicas contra

as populações originárias e nativas brasileiras, com seus ancestrais residindo nesta localidade desde antes da colonização brasileira.

Um fato importante e que precisaremos olhar aqui é que estas pessoas são usuárias das políticas públicas e ali poderão ser vítimas de todas as violências possíveis baseadas em racismo, vulnerabilizando-as em diferentes esferas e, diferentemente dos indígenas aldeados, elas estão fora das suas organizações coletivas e mais suscetíveis.

Quando falamos sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, as situações de violência e racismo institucional poderão alcançar níveis ainda mais alarmantes, como nos aponta o documentário “Negligência pra quem?” do Le Monde Diplomatique¹³. Assim, a proposta deste material é que os operadores das distintas políticas públicas produzam cuidados antirracistas, humanizados e com dignidade às crianças e suas famílias.

Racismo estrutural, sistêmico e institucional

O racismo está baseado em um conjunto de práticas em que uma raça e/ou etnia, ocupando uma posição socialmente privilegiada, age sobre a outra de forma opressora e desfavorável. Esta ação utiliza a violência direta ou indireta, exaltando a sua própria raça ou



13) Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9kRwbMYkbL4&list=PLA3X67fcWnBvF2IB-D4QQ45qECm9G2y1Bi&index=3>



etnia para diminuir as demais. É importante ressaltar que nem sempre o racismo é uma ação verbalizada, explícita, consciente ou de embate direto: por vezes ocorre inconscientemente ou de forma silenciosa, refletido em pequenas exclusões, comentários depreciativos e até gestos corporais.

► Racismo Estrutural

No dicionário, o conceito da palavra “estrutura” se refere “àquilo que dá sustentação a alguma coisa”; “armação”; “arcabouço”. Na prática, se retiramos a estrutura de algo, o que está construído sobre a estrutura desmorona. Esta referência simbólica é importante para que entendamos a força que o racismo possui na sociedade. Logo, o racismo é estrutural, uma vez em que ele atua como um fenômeno conjuntural, atuando em distintos espaços de poder, seja na esfera pública ou na privada, que orientam e sustentam a nossa sociedade. Alguns dados nos ajudam a materializar como o racismo estrutural se apresenta no Brasil:

- O Brasil registrou 305 casos de invasão, exploração ilegal e danos a 226 terras indígenas de 22 estados em 2021, um aumento de 180% em relação a números de 2018;¹⁴

- Segundo a PNAD de 2019¹⁵, a população indígena é a que tem menor taxa de participação no mercado de

trabalho, a segunda maior taxa de desemprego e o nível mais elevado de profissionais em postos informais;

- A baixa escolaridade e a maior exposição ao emprego informal agravam a vulnerabilidade dessa parcela da população. Dos 42,9 mil indígenas desempregados no terceiro trimestre de 2022, 59,6% possuem até o ensino fundamental completo. Pouco mais de um terço (34,1%) tem ensino médio completo e somente 6,3% possui ensino superior completo;

- Pesquisa feita com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indica que, durante a pandemia, 4,3 milhões de alunos negros, pardos e indígenas ficaram sem nenhuma atividade escolar. Já entre os brancos, o número girou em torno de 1,5 milhão;¹⁶

- Crianças pretas, pardas e indígenas frequentam menos a pré-escola, elas são 91,9%, enquanto as crianças brancas e amarelas são 93,5% ;¹⁷

- Segundo estudo do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs), crianças indígenas têm 14 vezes mais chances de morrer por diarreia do que as crianças nascidas de mães brancas. Entre as crianças negras, o risco é 72% maior em relação ao mesmo grupo. Tamanha desigualdade está relacionada ao acesso discrepante aos programas públicos entre as populações vulnerabilizadas socialmente e o desinvestimento na saúde nos últimos anos.¹⁸

14) Relatório “Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil” disponível em <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-violencia-povos-indigenas-2021-cimi.pdf>

15) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, disponível em <https://static.poder360.com.br/2020/02/pnad-continua-4t2019.pdf>

16) Disponível em <https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2020/09/Atividades-escolaridades-por-raca-e-UF-Pnad-Covid-Julho-2020-valores-absolutos.pdf>

17) Painel “Desigualdades na garantia do direito à pré-escola”, disponível em <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/desigualdades-direito-preescola/>

18) Estudo “Desigualdades étnico-raciais e mortalidade infantil no Brasil: um estudo longitudinal nacional com 19 milhões de recém-nascidos”, disponível em [https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X\(22\)00333-3/fulltext#secccestitle10](https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X(22)00333-3/fulltext#secccestitle10)

Os dados acima nos ajudam a entender que o racismo ocupa as estruturas da sociedade, buscando naturalizar o que não é natural, mas construído socialmente. Para a escritora Cida Bento¹⁵, a ideia de supremacia enraizada na branquitude perpetua uma relação de dominação de um grupo sobre outro, seja na política, na cultura, na economia, assegurando privilégios para uns e, no caso de negros e/ou indígenas, péssimas condições de trabalho, de vida, ou até a morte.

Supremacia é uma superioridade completa e que não se pode contestar. No caso da supremacia ligada à branquitude, trata-se de uma forma de racismo centrada na ideia de que as pessoas de raça branca são superiores as pessoas de outras origens raciais e que, portanto, devem governar politicamente, economicamente e socialmente os demais.

► Racismo Sistêmico

O racismo não é apenas uma ação individual. Desta forma, ele precisa ser visto como um conjunto de ações que se alimentam e se retroalimentam, precisando, assim, ser compreendido como uma visão sistêmica. Desta forma, quando pensamos no racismo é necessário pensar em sistemas racializados, ou seja, todo um conjunto de instituições, grupos e serviços que normalizam o racismo e colaboram para a manutenção dessa dinâmica social.

A mídia, o sistema educacional, as instituições legais são responsáveis por oferecer a ideologia necessária para a naturalização dessas práticas. É isso que dará o tom da manifestação do racismo, podendo se apresentar de maneira velada ou explícita: pela falta de representação de pessoas negras e indígenas nas universidades, em cargos de lideranças ou gestão em empresas, no mercado formal de trabalho com salários mais elevados, em cargos políticos (executivo e/ou legislativo), assim como em outros cargos de poder. Como citado acima, a população indígena é a que tem menor taxa de participação no mercado de trabalho, contribuindo para a ausência de pessoas indígenas nos espaços citados anteriormente, organizando a manutenção da pobreza, da extrema pobreza e, até mesmo, da miséria a que estas populações estão submetidas, intergeracionalmente.

► Racismo Institucional

Após aprofundar o entendimento sobre racismo estrutural e sistêmico, você pode estar se perguntando como ele se manifesta por meio de estruturas e instituições: aqui é que se encontra o racismo institucional. O racismo institucional se aplica no interior das organizações e instituições, por meio de desigualdades manifestadas conscientes ou inconscientemente e que definirão a forma como pessoas negras e indígenas serão tratadas, acolhidas ou não acolhidas, atendidas ou



15) “O Pacto da Branquitude”, de Cida Bento. Companhia das Letras, 2022.



não atendidas. Desta forma, são os comportamentos, as práticas e as normas baseadas em discriminações raciais de profissionais que representam estas instituições em suas dinâmicas cotidianas de trabalho. De forma direta, quando uma criança indígena não é acolhida no ambiente educacional por ser indígena, ou não recebe atendimento adequado nos serviços públicos de saúde e assistência social.

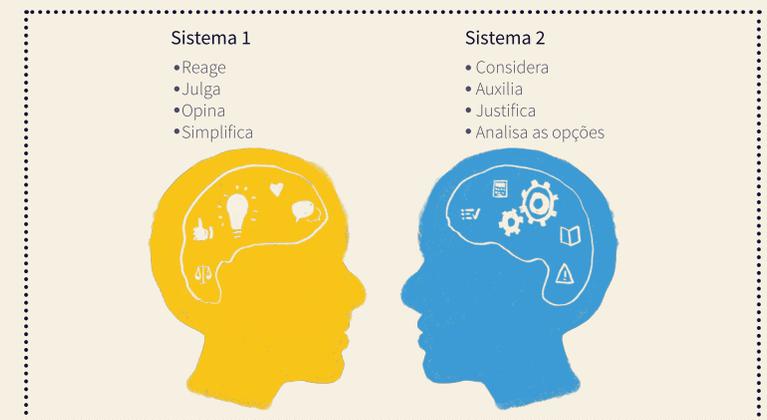
Vieses inconscientes do racismo

Você já parou para pensar que, em muitas situações, as atitudes e os pensamentos que temos são guiados por padrões mentais automáticos e não por julgamentos baseados na racionalidade? A forma como nos relacionamos com as outras pessoas em diferentes âmbitos e espaços podem estar intimamente ligadas aos chamados vieses inconscientes: práticas discriminatórias baseadas em gênero, raça, orientação sexual e classe; atitudes preconceituosas e a exclusão de grupos socialmente vulnerabilizados.

Os vieses inconscientes são conjuntos de associações elaborados desde a primeira infância, através das vivências e aprendizados baseados na cultura e ambiente, que influenciam na forma em que o indivíduo percebe, interpreta e age, a partir dos estereótipos, em relação às outras pessoas. Eles se apresentam como pensamentos tendenciosos no

cotidiano sobre um determinado grupo de pessoas, que acabam por nos levar a decisões ou comportamentos estigmatizantes e prejudiciais. Por mais que tentemos, muitas vezes, negá-los, ou assumir a ideia do “sem querer”, todos nós apresentamos vieses inconscientes e, para enfrentar estas práticas, é preciso reconhecer a sua existência e tentar mudar estas tendências comportamentais.

Na prática eles se organizam da seguinte forma: o nosso cérebro funciona reconhecendo padrões que, teoricamente, nos ajudam a entender as situações cotidianas e o mundo a nossa volta de fácil leitura nas situações diárias. Esta leitura cognitiva se organiza em torno de dois subsistemas diferentes que atuam de forma complementar, conforme a imagem abaixo:



Fonte: Inspirado em um quadro retirado do site <https://rbtcss.medium.com/https-medium-com-rbtcss-vies-inconsciente-nas-interfaces-conversacionais-608c247b05af>

O sistema 1 está ligado ao inconsciente e atua de maneira muito rápida. Entretanto, o funcionamento deste sistema pode ser controlado pelo sistema 2, que racionaliza, pondera e reconsidera uma possível ação impulsiva dos vieses inconscientes presentes no nosso cérebro. Estes vieses afetam, sobretudo, a possibilidade da diversidade em todos os espaços, uma vez que eles atuam a partir da homogeneidade, na perspectiva de padronizar. Com isso, quanto maior for o controle exercido pelo sistema 2, melhor será a qualidade de tomada de decisões do indivíduo²⁰.

Os vieses inconscientes se organizam em vários tipos e alguns deles têm grande potencial para influenciar negativamente as escolhas que fazemos, especialmente na forma que lidamos com outras pessoas. São eles:

1) Viés de afinidade: a tendência de avaliar melhor aqueles que se parecem conosco.

Exemplo: pessoas brancas que contratam apenas outras pessoas brancas para vagas de emprego.

2) Viés de percepção: quando as pessoas acreditam e reforçam estereótipos sem bases concretas em fatos.

Exemplo: Pessoas que, sem nenhuma base científica, acreditam que crianças indígenas têm menos capacidade de aprendizado do que crianças brancas.

3) Viés confirmatório: disposição para procurar informações que confirmem nossas hipóteses iniciais e ignorar outras que coloquem em xeque nossas crenças.

Exemplo: Quando desmerecemos a sabedoria e conhecimento indígena utilizando como base a cultura e os valores europeus.

4) Viés de auréola: propensão de, a partir de uma só informação positiva ou agradável, ser muito mais disposto a avaliar positivamente o restante das informações, mesmo que não o sejam.

Exemplo: pessoas que julgam serem desnecessárias as políticas afirmativas, como as cotas universitárias para negros, usando como argumento a ascensão de poucos a estes espaços sem precisar acessar este direito.

5) Efeito de grupo: É a tendência de seguir o comportamento do grupo para não desviar do padrão vigente.

Exemplo: indígenas não aldeados que se distanciam da sua cultura e tradições na tentativa de se sentirem bem aceitos no mercado de trabalho e em diferentes grupos sociais urbanos.



20) Vieses inconscientes, equidade de gênero e o mundo corporativo: lições da oficina “Vieses inconscientes”, de PWC, Insper, Mulher 360 e Onu Mulheres. Disponível em https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Vieses_inconscientes_16_digital.pdf



Cinco passos para implementar práticas antirracistas na atuação com crianças indígenas na primeira infância

Como já vimos nos capítulos anteriores, o combate ao racismo e seus efeitos negativos na vida de crianças indígenas e negras é urgente e deve envolver toda a sociedade brasileira. A escola, os equipamentos de Assistência Social e Saúde, enquanto esferas importantes de proteção básica, garantia de direitos e socialização, não estão alheios às reproduções de preconceitos, discriminação e racismo. Mas como as Unidades Educacionais, de Saúde e de Assistência Social podem se engajar na luta antirracista?

Neste capítulo apresentaremos algumas sugestões de como qualificar as práticas educacionais e de atendimento às crianças indígenas que conhecemos, a partir de uma lógica inclusiva, ética e de respeito à diversidade de grupos étnico-raciais.

Profissionais da Saúde

1. Saúde Indígena no Brasil

É preciso que as equipes contem com profissionais que conheçam a Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena e o Manual de Atenção à Saúde da Criança

Indígena Brasileira, além de realizar processos formativos para estudo dessas políticas, compreendendo as nuances do trabalho com este público. É importante a escuta atenta e ativa de profissionais que atuem junto às comunidades indígenas atendidas e que estejam inseridos no cotidiano dessas populações.

Outra perspectiva importante é a inclusão e escuta de profissionais indígenas ligados às áreas da saúde nas equipes, seja enfermagem, psicologia, pediatria e demais especialidades médicas. Ao se ter a inclusão destes profissionais nas equipes, as abordagens tendem a ser mais assertivas e respeitosas.

2. Conhecimento pleno do contexto comunitário e familiar de saúde

A saúde não deve ser entendida somente como a ausência de doenças, mas deve, sobretudo, ser compreendida como o conjunto que compõe o bem-estar geral de um indivíduo. Assim sendo, é importante que as equipes que trabalham com programas de desenvolvimento infantil indígena, na área da saúde,

observem e compreendam que há ali saberes já existentes e que podem ser utilizados para promoção do bem-estar dos indivíduos daquela comunidade:

- Identificar as doenças que são mais recorrentes em crianças daquela região em que a comunidade indígena está localizada;
- Valorizar e reconhecer as práticas que a comunidade costuma usar e que podem ser aliadas ao tratamento farmacológico;
- Estabelecer vínculos entre os profissionais e a comunidade para ajustar atendimentos baseados na confiança entre paciente e profissional;
- Humanizar as práticas de saúde para o grupo com o qual ele irá atuar;
- Reconhecer e atuar na redução dos agravos de saúde mental que, historicamente, impactam as populações indígenas brasileiras e interferem drasticamente no bem viver e na organização social destes povos;
- Oferecer assistência pré-natal adequada às necessidades específicas das gestantes indígenas;
- Assegurar a visitação de profissionais da saúde às mães e crianças até completarem 24 meses de idade, para garantir o atendimento adequado e a

prevenção de doenças recorrentes às mulheres e bebês indígenas.

3. Conhecimentos tradicionais e conhecimentos médicos integrados

Após o conhecimento e compreensão das práticas de saúde que estão presentes naquela comunidade em que trabalha o profissional, é preciso que haja uma conjugação harmoniosa entre os conhecimentos tradicionais de saúde e o conhecimento formativo daquele profissional. Ou seja, o ideal é que o profissional faça uso dos conhecimentos que possui dentro da medicina, considerando remédios e processos seguros disponíveis, mas que o faça em consonância com os conhecimentos tradicionais daquela população.

Um exemplo prático é o respeito quanto ao local de parto escolhido pela família. Se a gestante indígena estiver saudável e não houver riscos para a criança, a escolha de realizar o parto dentro da comunidade ou no espaço da Unidade de Saúde é da mãe. Mas, seja em um ambiente hospitalar ou mesmo na moradia daquela família, é preciso que o profissional esteja preparado para atuar, respeitando os processos de saúde e bem-estar daquela população. Além disso, em contextos de comunidades indígenas existirão diversos rituais, processos de cura, instrumentos e práticas que não integram o





universo da medicina ocidental, mas que fazem parte do contexto de saúde destas populações e estas precisam ser levadas em conta.

► 4. Equipamentos de saúde acolhedores para crianças e famílias indígenas

Unidades de Saúde, hospitais fora do espaço de comunidades indígenas e outros espaços de saúde precisarão considerar as práticas, tradições e culturas dos indígenas frente ao processo de cura de uma criança daquela localidade. Dessa forma, considerar a entrada da liderança religiosa indígena ao espaço de internação da criança indígena é importante, assim como prover elementos que não firam, mas respeitem a cultura indígena para o bom acolhimento às famílias dessas crianças. Aqui, alguns elementos serão cruciais:

- Espaços para colocação de redes onde os adultos poderão dormir, enquanto acompanham as crianças internadas;
- Banheiros adaptados para o uso de pessoas indígenas ;²¹
- Brinquedos que façam sentido para as crianças indígenas e que possam ser usados no seu período de internação.

21) Muitos povos indígenas consideram o uso de banheiros construídos dentro dos edifícios uma prática anti-higiênica e, por isso, preferem utilizar banheiros coletivos fora das construções.

Já existem hospitais infantis no Brasil com alas pediátricas adaptadas para o atendimento às crianças indígenas e suas famílias. O Hospital da Criança Santo Antônio em Boa Vista (RR), por exemplo, conta com instalações pensadas para esse público e uma equipe médica com experiência em saúde indígena, o que representa mais facilidade e qualidade no atendimento.

5. Alteridade

A compreensão do profissional de saúde de que ele está em um contexto que produz saberes e práticas baseadas na tradição e mantidas por meio da oralidade é fundamental. Tentar entender o que aquela doença específica simboliza para a comunidade, identificar quais são os processos de cura exercidos por aquele grupo comunitário e associá-los ao tratamento farmacológico é importante para cuidar da criança de forma respeitosa aos costumes da comunidade.

Profissionais da Educação

1. Compreender que existem saberes diversos

É importante que o profissional de educação entenda que não existem saberes superiores e nem inferiores. Existem diferentes saberes e esses são complementares. Dessa forma, o saber do educador não pode se sobrepor ao da criança indígena, que traz consigo o saber de uma comunidade e de suas tradições.

2. Valorizar os saberes da comunidade tradicional

O educador precisa ter como ponto de partida de sua prática profissional o entendimento que a comunidade indígena em que ele atuará está inserida num contexto privilegiado de saber tradicional, de culturas e práticas. Essa criança não é uma “tela em branco”, pois carrega consigo as culturas de suas comunidades, passadas intergeracionalmente. A valorização dos saberes passa por um processo de compreender que o educador também aprende com os conhecimentos das crianças.

3. Unir os saberes tradicionais aos saberes científicos

Compreender que a escuta é um dos papéis importantes da universidade no exercício do trabalho com comunidades indígenas ou outras comunidades tradicionais. E para escutar é necessário levar em consideração alguns aspectos:

- A escuta a partir da horizontalidade;
- Escuta baseada na alteridade;
- Escuta respeitosa;
- Escuta acolhedora;
- Escuta sem hierarquia;
- Escuta multicultural;
- Escuta intercultural.

4. Educador(a) compreender-se como mediador(a) de conhecimento

O profissional deve se perceber como mediador do conhecimento e não se confundir com o próprio conhecimento ou como o detentor do saber. Esse elemento é necessário na prática da educação com crianças em comunidades indígenas, assim como com crianças indígenas não aldeadas.

Um exemplo deste tipo de mediação é uma prática educativa realizada na comunidade Wajãpi, localizada em Pedra Branca do Amapari no Amapá. Nela, os educadores convidam os indígenas mais velhos para que desenvolvam uma temática com os alunos e alunas por meio de contação de histórias e fazem a mediação do exercício com os estudantes a partir da apresentação feita.

5. A importância dos símbolos

Na Educação Infantil e no processo de alfabetização, trabalhar com símbolos que correspondam ao cotidiano do público para o qual ele se destina é fundamental. Dessa forma, é preciso considerar a cultura, a alimentação, os elementos naturais, os brinquedos elaborados pela comunidade e usados pelas crianças, para que estes componham o cenário de alfabetização e letramento das crianças indígenas aldeadas e não aldeadas.





Profissionais da Assistência Social

1. Equipes

Para uma maior qualidade nos atendimentos é preciso contar com lideranças comunitárias nas equipes de visitação, agentes comunitários e outras ações de atendimentos às crianças e suas famílias. Elaborar processos formativos com foco na instrumentalização de representantes comunitários acerca dos pressupostos, dos currículos e das metodologias dos programas de desenvolvimento infantil (seja visitas domiciliares ou encontros em grupos nos CRAS, por exemplo), para que contem com entendimentos relacionados às temáticas, conceitos e outros elementos essenciais para o desenvolvimento dos programas.

Todavia, é necessário que as gestões dos serviços estejam atentas as falas e incidências metodológicas nos materiais que estes profissionais sugiram, já que estes conhecem as práticas e os cuidados que as famílias realizam às crianças em territórios indígenas. Neste processo, é importante também que os profissionais tenham um olhar atento para garantir o atendimento e o acesso aos programas de registro civil, transferência de renda, segurança alimentar e de saúde destas populações.

2. Conhecimento pleno do contexto comunitário e familiar

É necessário que o profissional conheça a dinâmica da comunidade em que dado Programa de Primeira Infância está sendo inserido:

- Culturas;
- Relações familiares;
- O entendimento de família para a comunidade;
- As organizações e composições familiares para a comunidade;
- As práticas de cuidado desde a gestação, parto e puerpério para a comunidade.

3. Infâncias

É importante a compreensão de que as infâncias são plurais e ocupam diferentes lugares a partir das comunidades em que estão inseridas. Aliar as práticas oferecidas em programas de desenvolvimento infantil às práticas das comunidades atendidas, compreendendo que as comunidades possuem saberes e cuidados transgeracionais, passados por meio da oralidade e do trato cotidiano, que não podem ser desprezados pelos profissionais no cuidado às crianças indígenas e suas famílias.

4. Alteridade

A prática da alteridade, que significa reconhecer o outro como o outro é, ou seja, um “não eu”, é necessária no atendimento às famílias indígenas, compreender e reconhecer que somos diferentes. A diferença é importante para a convivência humana, mas ela não pode ser utilizada para criar hierarquias e promover exclusões e violências. Dessa forma, os profissionais são convidados a respeitar profundamente a cultura, as crenças e as práticas que a comunidade tem no cuidado à criança pequena. E, assim, compreender que Programas de Primeira Infância chegam ao contexto comunitário para auxiliar no desenvolvimento infantil e não sendo a principal ferramenta para o desenvolvimento de crianças pequenas.

5. Escuta

Realizar o processo de escuta da comunidade indígena ou entender a cultura a que a família da criança indígena não aldeada desenvolve (neste caso, é preciso compreender que a cultura aprendida e vivenciada é carregada pelo indivíduo, ainda que este não esteja ocupando um espaço aldeado). Compreender os aspectos de cuidado para a família e também o contexto em que aplica a parentalidade é importante para que o profissional possa contribuir de forma humanizada no atendimento à família e à criança pequena.

A importância de práticas antirracistas no atendimento à primeira infância indígena

Para o enfrentamento do racismo é preciso instaurar propostas pedagógicas, práticas de atendimento e políticas comprometidas com a superação da desigualdade racial. Neste sentido, os primeiros anos de vida são fundamentais para que a criança estabeleça os fundamentos da sua percepção enquanto indivíduo no mundo, bem como suas aquisições futuras em termos de aprendizado e desenvolvimento. Desta maneira, reconhecer que os investimentos para aprimorar as condições de vida nesse período favorecem a transformação da sociedade brasileira em um ambiente mais acolhedor e respeitoso para toda a diversidade de povos que aqui vivem.

Quando pensamos em práticas de atendimento e educação voltadas às populações indígenas na primeira infância, por exemplo, é preciso romper com narrativas que reproduzam o racismo estrutural e as perspectivas coloniais que naturalizam as violências e desigualdades. Mais do que isso, é preciso a institucionalização de iniciativas e metodologias que entendam e respeitem as particularidades da história e cultura desses povos, tanto nas salas de aula da Educação Infantil, quanto nas práticas de atendimento destes pequenos e suas famílias na Saúde e na Assistência Social.





Neste sentido, é de suma importância um ensino e um atendimento antirracistas, que não reforcem estereótipos em relação aos povos indígenas, que ensine e propague o respeito, e não os trate como alegoria, caricatura ou na perspectiva de um passado generalizante. É urgente que se reconheça a diversidade destes povos, bem como suas tradições, modos de vida, suas lutas, entendendo que

os povos indígenas são os principais protetores das florestas e da biodiversidade brasileira. Este legado e potência precisam estar refletidos, tanto nas políticas públicas quanto nas práticas de atendimento a estes povos, a fim de proporcionar uma atenção integral e o desenvolvimento pleno para as infâncias indígenas em todo o território nacional.

Sobre o UNICEF:

Desde 1950, o UNICEF vem apoiando as mais importantes transformações na área da infância e da adolescência no Brasil. Nas últimas décadas, o Brasil promoveu um forte processo de inclusão de crianças e adolescentes nas políticas públicas. Entretanto, uma significativa parcela da população continua excluída. Por isso, o UNICEF concentra seus esforços nas meninas e meninos mais excluídos, vulneráveis e vítimas de formas extremas de violência.

Sobre o Instituto Promundo:

O Promundo é uma organização brasileira, sem vínculos institucionais com outras organizações estrangeiras, e trabalha para promover a igualdade de gênero e prevenir violência envolvendo homens e meninas em parceria com mulheres e meninas. Para isso, desenvolvemos no Brasil e em vários países programas, campanhas e esforços de advocacy em temas como paternidade e cuidado, justiça econômica, prevenção à violência, conflito e segurança, jovens e equidade.

